

UBERIZAÇÃO E CRISE PANDÊMICA: reflexões sobre as incidências nos/as entregadores/as de aplicativo no Brasil

Ana Carolina da Silva Bitencourt¹

RESUMO

O artigo possui como objetivo realizar uma reflexão teórica sobre os efeitos da pandemia no trabalho dos/as entregadores/as de aplicativo. Como aporte teórico, esse se encontra subsidiado pelo materialismo histórico-dialético. Para coleta de dados se utilizou a pesquisa bibliográfica. Os resultados indicam que a pandemia de covid-19 intensificou e alargou o cenário das desigualdades sociais, de desemprego, fome, miséria, incertezas, bem como apresentou os/as maiores prejudicados: a classe trabalhadora, com destaque aos/as entregadores/as de aplicativos.

Palavras-chave: Uberização. Pandemia. Entregadores/as de aplicativos.

ABSTRACT

The article aims to carry out a theoretical reflection on the effects of the pandemic on the work of app delivery people. As a theoretical contribution, this is subsidized by historical-dialectical materialism. For data collection, bibliographical research was used. The results indicate that the covid-19 pandemic intensified and widened the scenario of social inequalities, unemployment, hunger, misery, uncertainties, as well as presenting the most affected: the working class, with emphasis on delivery people apps.

Keywords: Uberization. Pandemic. Application deliverers.

1 INTRODUÇÃO

As relações de trabalho se apresentam cada vez mais precarizadas, decorrentes das crises do capital, da reestruturação produtiva e da acumulação flexível, o mundo do trabalho vem presenciando intensas transformações as quais pode-se destacar: o desemprego estrutural, a competitividade entre trabalhadores/as, as novas formas de gestão da produção, a fragilidade nas relações trabalhistas no que diz respeito aos contratos temporários, a incorporação de novas tecnologias, entre outros fatores, fazendo emergir novas formas de relações e organizações de trabalho.

¹ Universidade Federal do Pará; Assistente Social e Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFGA); E-mail: ana.carolinabitencourt123@gmail.com.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Desse modo, o trabalho informal acaba sendo uma alternativa de sobrevivência desses/as trabalhadores/as, afim de manter de suas necessidades básicas. Neste estudo, ressalta-se o trabalho em plataformas digitais, cuja configuração caracteriza-se por um trabalho intermitente e que dá origem ao chamado proletariado digital (ANTUNES, 2019), dado ao aumento na utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC's) na organização do trabalho, causando o aumento de trabalhadores/as cada vez mais explorados/as, isolados/as e precarizados/as (MORAES; OLIVEIRA; ACCORSI, 2019).

Assim, com a materialização dessas novas expressões da desigualdade social, origina-se o fenômeno da uberização do trabalho, o qual, de acordo com Abílio (2020), seria uma nova forma de controle do trabalho regido pelas plataformas digitais. Segundo a autora, trata-se de um fenômeno em escala mundial, resultado da reestruturação de produção e do trabalho, oriundas das crises cíclicas do capital.

Portanto, durante a pandemia de covid-19, tal cenário de crise de saúde pública e sanitária afetou, principalmente, a classe trabalhadora, pois na busca incessante pelo lucro e poder ocorreu o descontrole sem medidas do controle sobre a vida de homens e mulheres, fazendo com que alargassem as desigualdades e injustiças sociais (RENDON; CAMPOS, 2021). Dentre os segmentos de trabalhadores/as afetados/as nesse período, destaca-se: os/as entregadores/as por aplicativo.

Este estudo integra como produto do projeto de qualificação de mestrado, cujo objeto de pesquisa possui como foco na revisão de literatura dos resultados da uberização nas condições e relações de trabalho dos/as entregadores de aplicativo durante a pandemia no Brasil. Isto posto, o objetivo deste artigo é realizar uma reflexão teórica acerca dos efeitos da pandemia no trabalho dos/as entregadores/as de aplicativo no contexto mencionado.

Para materialização deste estudo utilizou-se do materialismo histórico e dialético, pois entende-se que a historicidade social, política, econômica e cultural que perpassa, necessitando de uma metodologia que possibilite a compreensão deste na perspectiva da totalidade social. Desta forma, o método em Marx “propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visando alcançar a essência do objeto”

PROMOÇÃO



APOIO



(NETTO, 2011, p.22). Isto é, possibilita ir além da aparência e desvendar a essência do objeto, em sua estrutura e dinâmica.

Da mesma forma, utilizou-se da pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1989), permite trabalhar com fontes já analisadas, possibilitando ao/a pesquisador/a debruçar-se sobre um conjunto de fenômenos mais amplos, os quais permitem uma visão ampliada do seu objeto de investigação.

Portanto, o artigo encontra-se dividido da seguinte forma: a presente introdução, o desenvolvimento que está dividido em duas sessões que abordam respectivamente algumas reflexões sobre a crise pandêmica, posteriormente sobre a precarização do trabalho e seus rebatimentos a classe trabalhadora, depois a conceituação referente a uberização, em seguida os impactos dessa nos/as entregadores/as entregadoras por aplicativo, seguido das considerações finais e as referências utilizadas.

2 CRISE PANDÊMICA: CORROSÃO DO CAPITAL E SOCIETÁRIA

Gonçalves (2017, p. 757) apresenta que toda crise é uma construção social geradora de entraves no progresso e desestrutura o modo de existir, bem como “[...] interrompe fluxos de transações, abala as estruturas de comando e de governação expondo-as a atores externos, acrescenta incerteza e ansiedade, compromete a existência do sistema vigente e, no final, altera irremediavelmente a sua configuração [...]”. O autor também discute que para compreender as crises é necessário observar que sua eclosão não é acidental, mas como produtos dos efeitos estruturais interligados ao sistema, onde dentro de determinada conjuntura cortinam a interação hierárquica.

Carcanholo (2009, p. 50) discorre que a atual crise do capital “[...] é o preço que se está pagando pelo período de orgia especulativa, e esse preço é e continuará sendo muito alto, embora seja pago sobretudo por aqueles que em nada se beneficiaram com ela.”. No entanto, o autor destaca que está não se configura apenas como uma “simples” crise financeira ou mais uma crise cíclica, mas um processo de colapso do sistema, com sua origem na crise imobiliária dos Estados Unidos, onde essa afetou todo o sistema financeiro.

Assim Davis (2020) discorre que o coronavírus atravessou o mundo como um mostro familiar, no qual a ciência enfrentou três desafios para o seu sequenciamento, os quais foram: a falta de kits de testagem, as constantes metamorfoses do próprio vírus e seu impacto nos grupos jovens seria diferente, pois dependeria do país e do grupo econômico.

Teles (2022, p. 16) sinaliza que crise do pandêmica do capital não foi oriunda das contradições da acumulação desse, “[...] mas devido a uma robusta resposta emergencial dos Estados com o objetivo de controlar a pressão da pandemia sobre os serviços de saúde e, assim, salvar vidas [...]”. O autor também pontua que essa fora ocasionada pela paralisação, de forma involuntária, de trabalhadores/as, onde a ausência da circulação de mercadorias e, conseqüentemente, do dinheiro, afetou drasticamente a valorização do capital.

Em relação ao Brasil, Antunes (2020, p. 16 – 17) faz uma análise sobre a intensificação do sistema brutal do capital agravado com a pandemia da covid-19, o qual trabalhadores/as neste contexto vivenciaram fome, miséria e ausência de condições mínimas para sobreviver, posto que destaca

Se tudo isso já vinha ocorrendo na fase mais destrutiva no *sistema de metabolismo antissocial* do capital, o que se pode esperar nesta fase de capitalismo pandêmico? Se já estávamos presenciando a *corrosão*, o desmoronamento e a eliminação completa dos direitos do trabalho, o que podemos esperar no contexto desta brutal pandemia, no qual a explosão do coronavírus (“a gripezinha”) estampou a desproteção completa e cabal da classe trabalhadora?

Este processo de esmagamento da classe trabalhadora se intensificou em um contexto da pandemia do novo coronavírus, gerenciada por um governo negacionista, que tinha interesses somente em atender a lógica do sistema capitalista, por meio da exploração da força de trabalho e respostas imediatas para a recuperação do capital. Para Antunes (2020, p. 17), o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro elegeu medidas que visaram atender “[...] aos interesses de uma burguesia predadora e predatória [...]”, o qual os/as trabalhadores/as, neste contexto, foram desprezados em sua dignidade humana.

3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: A CONTA RECAI PARA UM LADO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A crise de 1970, derivada do desgaste do modo de produção taylorista/fordista de produção e do governo Keynesiano, marcam um processo de degradação dos setores da sociedade e dos índices de acumulação do capital, ocasionado em um processo de reestruturação, onde identifica-se o deslocamento do trabalho vivo para o trabalho morto, bem como a transformação das funções desenvolvidas pela força de trabalho no processo de valorização do capital (RODRIGUES; SOARES; REIS, 2021).

À vista disso, solução foi o investimento voltado para o mercado financeiro, onde passa a adquirir autonomia, dado que o gerenciamento da força de trabalho, a liberação econômica e as inovações técnico-científicas passaram a enfatizar as características centralizadoras, discriminatórias, e destrutivas desse processo, fazendo com que seu núcleo fosse focado em países capitalistas avançados, em especial a tríade constituída pelos EUA e o Nafta, a Alemanha e Japão (ANTUNES, 2005). O autor salienta, ainda, que essa autonomia não comportou majoritariamente os países de industrialização intermediária, bem como os do Terceiro Mundo, porém, quando inseridos, assumiram uma posição de subordinação e dependência completa. Sendo assim, infere-se que a reestruturação produtiva desses últimos ocorreu em condições de subalternidade.

Como resultado desse processo ocorreu a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o desmonte do setor produtivo estatal e o intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, Antunes (2009, p. 34) caracteriza esse contexto como sendo “[...] uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante o apogeu do fordismo [...]”.

A precarização do trabalho, portanto, mostra-se como um fenômeno que perpassa a dinâmica do movimento de reestruturação do trabalho e do emprego e da acumulação flexível, e diz respeito tanto ao crescimento do desemprego, ao crescimento do exército de reserva quanto às especificidades dos empregos disponíveis no mercado e estímulo a competitividade entre trabalhadores/as – onde identifica-se a polarização da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2007) –, destacados pelas instabilidades e fragilidades contratuais. Dessa forma, acentua-se o aumento do

PROMOÇÃO



APOIO



contingente de trabalhadores/as alienados/as de seus direitos e, principalmente, sujeitos a condições de trabalho instáveis, insatisfatórias e adoecedoras.

Além dos rebatimentos nas relações de trabalho, a precarização incide na vida social de trabalhadores/as, a julgar pelo alargamento da exploração e das desigualdades sociais, bem como do crescimento desproporcional da população excluída da civilização, ou seja, do mercado de trabalho e de consumo, dado que não possuem acessos monetários e sociais, restando, em determinados casos, a caridade (IAMAMOTO, 2007).

Assim, entende-se que o trabalho a partir do surgimento do capitalismo, juntamente com o apoio estatal, resultou em uma série de alterações econômicas, nas relações empregatícias e na estrutura ocupacional interna das organizações, a qual revela a imposição de formação e qualificação de trabalhadores/as, assim como estimula frequentes reestruturações produtivas, gerando modificações nas relações societárias e uma sociedade adoecida, seja fisicamente ou mentalmente.

3. A UBERIZAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA SERVIDÃO NO CAPITALISMO

Souza e Meinberg (2017, p. 109) discorrem que o termo “uberização” advém da referência realizada a empresa multinacional Uber Technologies Inc., no qual “[...] por meio de um aplicativo de *smartphone* “oferece” serviços de transporte, aproximando um motorista cadastrado do passageiro (semelhante a um serviço de táxi, ou, ainda, a uma carona remunerada) [...]”. Os autores pontuam a existência de aplicativos semelhantes a Uber, os quais seriam a Rappi, Loggi, Ifood e Uber Eats, onde esses configuram-se como “aplicativos de entrega”, bem como “aproximam” entregadores/as de estabelecimentos que desejam realizar determinada entrega com seus clientes.

Para Schinetsck (2020) a uberização é uma nova forma de organização com caráter triangular, dado que participam trabalhador/a, consumidor/a e plataforma, sendo essa última mediadora entre os primeiros e responsável pelos contratos de ambos. A autora expõe sete elementos desta nova forma de organização: controle por programação, comandos ou objetivos; sujeito objetivo; liberdade programada; gestão por números ou recompensas; mobilização total dos trabalhadores; relação de aliança

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

entre trabalhadores e empresas e refeudalização das relações de trabalho e
atomização do mercado de trabalho.

Segundo Filgueiras e Antunes (2020) este é um fenômeno propulsor de intensas transformações na natureza organizativa do trabalho, assim como produtor de alterações significativas na estrutura do mercado de trabalho. Os autores fazem um destaque de suma importância sobre esse, onde a uberização deve compreendida e utilizada como como uma das expressões dos modos de ser do trabalho, dado sua expansão nas plataformas digitais, na qual as relações de trabalho encontram-se mais individualizadas e invisibilizadas. Para mais, apresentam a tríade destrutiva das relações de trabalho, a saber: flexibilidade, informalidade e intermitência, na qual convertem-se em um ideário de empresa corporativista global, no entanto a realidade consiste na “[...] derrelição e corrosão da legislação protetora do trabalho, quanto é imposta uma nova legislação que, na verdade, permite as formas mais arcaicas de exploração [...].” (p. 65).

Lameira e Ribeiro (2019) ao apresentarem seu estudo “Uber: trabalho precarizado em tempos de economia de compartilhamento na cidade de Belém”, cuja análise, por meio de uma perspectiva sociológica, do processo de precarização do trabalho dos motoristas que estão registrados na plataforma tecnológica da empresa Uber, na região metropolitana de Belém, Estado do Pará, identificaram que, assim como em outros estudos aplicados e nas tendências observadas na literatura sobre uberização do trabalho, a empresa Uber se enquadra em uma das formas de trabalho precarizado, o qual está vinculado ao avanço tecnológico. Da mesma forma, verificou-se no trabalho desse segmento apresenta flexibilidade, sensação de “autonomia”, presença do *just-in-time*, nova forma de gerenciamento e individualidade.

É importante ressaltar que o fenômeno da uberização ocorre dentro do que Slee (2017, p. 34) chama de economia do compartilhamento ou economia de plataforma, na qual se configura como uma “nova onda” de conexão entre negócios contemporâneos e consumidores, via internet. Do mesmo modo, o autor pontua que essa objetiva “[...] ajudar prioritariamente indivíduos vulneráveis a tomar controle de suas vidas tornando-os microempresários [...].”

PROMOÇÃO



APOIO



Assim, se identifica a gênese da venda do ideário empreendedor que o trabalho em aplicativo proporciona, pois ao afirmarem que trabalhadores/as uberizados/as são “empreendedores de si mesmo”, “donos/as do seu próprio negócio”, sugerem que sua negociação, no sentido de se igualdade perante as empresas nacionais e transnacionais, fazem com que comprem a falácia de serem os/as únicos/as responsáveis por sua saúde física e mental, grau de remuneração e tempo de trabalho (SOUZA; MEINBERG, 2017).

Filgueiras e Antunes (2020) salientam que essa concepção é potencializada, também, pelo ideário dos benefícios da globalização, no qual essas metamorfoses são benéficas aos/as trabalhadores/as uberizados/as, haja vista que o trabalho por aplicativos e/ou plataformas digitais reduzem a distância geográfica, pois simplifica as chances de obtenção monetária. Além disso, vende-se a ideia de que esses ambientes de trabalho são mais atrativos para aqueles/as possuintes de diversos estilos de vida, uma vez que não existe a rigidez dos empregos ditos tradicionais, assim como é comum afirmar que essa forma de labor é apenas mais uma maneira de conseguir renda extra ou um modo recreativo de obtê-la durante o tempo livre deste/a trabalhador/a.

Assim, “A condição de trabalhador *just-in-time* extrapola o trabalho mediado por plataformas digitais, sintetiza processos que estão em curso há décadas e vêm conseguindo retirar com êxito as redes de proteção social do trabalho e reduzir os trabalhadores a mero fator de produção [...].” (ABÍLIO, 2021, p. 57). Bem como, depreende-se que a uberização é uma nova forma de precarizar o trabalho humano, sendo da forma mais cruel e perversa, porém no contexto digital essa assume uma postura que potencializa o

[...] empreendedorismo, materializado em um personagem que sonha com a autonomia, mas que na prática defronta cotidianamente, como se viu nas reivindicações do breque dos apps, com o adoecimento sem amparo de seguro-saúde e sem previdência, baixos salários, ausência de direitos, acidentes de trabalho, mortes etc. [...] (ANTUNES, 2021, p. 100).

Portanto, o processo de uberização encontra-se interligado com dois elementos: as novas tecnologias e a utilização das mesmas, onde se encontra alicerçado na precarização do trabalho, pois com as brechas e transformações legais encontram-se mecanismos potencializadores para a extrema exploração dos/as trabalhadores/as (SOUZA; MEINBERG, 2017).

APOIO

4 OS/AS ENTREGADORES/AS DE APLICATIVOS NA PANDEMIA DE COVID-19: O QUE OS ESTUDOS ACADÊMICOS APONTAM?²

Durante o período mais latente da pandemia e isolamento social foram estipulados os chamados serviços essenciais, conforme posto pelo Portal da Casa Civil³, em 29 de abril de 2020, esses são fundamentais no atendimento das necessidades básicas da população que, caso não sejam atendidos, comprometem a sobrevivência da mesma. Dentre os 53 (cinquenta e três) serviços encontravam-se os de “produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção” (grifo do autor).

Castro (2021) indica que os/as entregadores/as por aplicativos por estarem inseridos/as nos serviços essenciais durante a pandemia, asseguram o andamento de um complexo sistema produtivo e comercial, que, inserido no meio técnico-científico informacional, potencializou a exploração desses/as trabalhadores/as por parte das grandes plataformas digitais, fazendo com que atravessassem o mundo do trabalho.

Desse modo, Abílio *et. al.* (2020), em seu estudo⁴ “Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19”⁵, apresentam que a jornada de trabalho dos/as entregadores/as de aplicativo, antes da pandemia, era de 38,2%, até 08 (oito) horas, 54,1% de 09 (nove) a 14 (quatorze) horas diárias e 7,8% mais de 15 (quinze) horas. Durante esse período, a jornada laboral desses/as alcançou números preocupantes, onde os autores expõem que 43,3% trabalharam até 08 (oito) horas diárias e 56,7% mais de 09 (nove) horas, no qual a distribuição foi de 18,5% entre 09 (nove) e 10 (dez) horas; 19,3% entre 11 (onze) e 12 (doze) horas; 11,48%

² Os dois estudos aqui apresentados, apontam diversos fatores vivenciados pelos/as entregadores/as durante a pandemia, no entanto se apresentará apenas alguns, dado como forma de demonstrar inicialmente as reverberações dos efeitos da uberização no contexto apresentado.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/enfrentamento-ao-coronavirus-os-servicos-essenciais-que-nao-podem-parar-durante-a-pandemia>. Acesso em: 29 mar. 2023.

⁴ Este estudo visou apresentar os primeiros resultados da pesquisa “Trabalho por plataformas digitais, reconfigurações jurídicas e novos direitos”, realizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), cujo o objetivo consiste em analisar, no decorrer da pandemia, “[...] a) se houve alteração no tempo de trabalho; b) se ocorreu variação na remuneração recebida; c) se as empresas forneceram os meios de proteção necessários (como álcool-gel, máscaras e orientações gerais); d) como se deu a relação dos trabalhadores com os riscos de contaminação na pandemia.”. (ABÍLIO *et. al.*, 2020, p. 03).

⁵ A amostra coletada desta pesquisa foi de 298 (duzentos e noventa e oito) questionários respondidos online em 29 (vinte e nove) cidades, cuja concentração esteve em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Curitiba, no qual totalizaram 82,9% de respostas.

entre 13 (treze) e 14 (quatorze) horas e 7,4% com mais de 15 (quinze) horas. Ainda sobre isso, 51,9% expuseram que laboram ao logo de 07 (sete) dias semanais e 26,3% por 06 (seis) dias.

Ao que se refere à remuneração, na pandemia, Abílio *et. al.* (2020) exibem que 59,9% entregadores/as relataram a queda monetária, enquanto que 29,6% se manteve inalterada, 10% vislumbraram aumento e 1,5% não souberam declarar. Segundo isto, 47,4% dos sujeitos pesquisados⁶ declararam que seu rendimento semanal foi de até R\$ 520,00 (quinhentos e vinte) – correspondeu em torno de R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta) mensais –; onde dentro deste universo, 17,8% alcançou até R\$ 260,00 (duzentos e sessenta) na semana – equivale a estimativa de R\$ 1.040,00 (mil e quarenta) por mês.

Além disso, realçam que os/as trabalhadores/as que alcançaram a remuneração inferior a R\$ 260,00 (duzentos e sessenta) por semana dobrou, totalizando em 34,4%. Em contrapartida, aqueles/as que se aproximaram a renda de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte) reduziu para 26,7%. Os/as que chegavam a obter o rendimento superior a R\$ 780,00 (setecentos e oitenta) – girando em torno de R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte) no mês –, concentrou em apenas 8,9% de trabalhadores/as.

Desse modo, Abílio *et. al.* (2020, p. 09) apresentam as seguintes conclusões para essa baixa na remuneração, as quais seriam

[...] (i) como alegado pelas próprias empresas, houve aumento significativo do número de pedidos de cadastros de trabalhadores nos últimos meses e, dos respondentes, 9,4% tornaram-se entregadores durante a pandemia; (ii) o valor da hora de trabalho e/ou a bonificação foram diminuídas durante a pandemia, a despeito do crescimento significativo do número de entregas. É possível, então, aventar a possibilidade de que as empresas estejam promovendo o rebaixamento do valor da força de trabalho daqueles que já se encontravam nesta atividade antes da pandemia, prática que seria amparada pelo aumento do contingente de trabalhadores de reserva e adoção de forma nociva de uma política de aumento do número de entregadores.

Os autores ao realizarem a relação entre jornada de trabalho e remuneração durante a pandemia, indicaram que ambas foram inversamente proporcionais, ou seja, a jornada de trabalho elevou-se, entretanto, a remuneração sofreu uma que considerável, pois mais de 50% sofreram redução quanto sua remuneração. Segundo

⁶ Neste caso, o rendimento corresponde a 270 (duzentos e setenta) respondentes.

os/as entregadores/as⁷, os/as mais lesionados/as foram aqueles/as laboravam mais de 15 (quinze) horas semanais, dado que 64,3% continuaram laborando por esse tempo, mas com queda nos ganhos. A situação se agravou mais ainda para os/as trabalhadores/as que realizavam a jornada entre 13 (treze) e 14 (quatorze) horas: 71,4% relataram diminuição no que tange à remuneração.

Calabez e Alencar (2022) em seu trabalho⁸ “O trabalho de motoboys informais e os riscos à saúde durante a pandemia de covid-19”⁹, dissertam que, segundo os/as entregadores/as, a prestação de serviço não assegura quaisquer vínculo empregatício, porém ressaltam positivamente a flexibilidade quanto ao horário de trabalho. Quanto a este último, as autoras declaram que é interpretado como vantajoso e prazeroso, “[...] pois havia a possibilidade de, em caso de haver outro compromisso ou imprevisto, poderem optar pelo desligamento do aplicativo, ou ainda, de escolherem os horários desejados para trabalhar, ofertando a ideia de um “empreendedorde si mesmo” [...]” (p. 09).

Por outro lado, existe aqueles/as que observam a flexibilidade do horário de trabalho como um fator penoso, haja vista a percepção de exploração de sua mão-de-obra, sentimento de revolta e descartabilidade, oriundos da ausência do vínculo empregatício, ocasionando um fator de sofrimento desses/as, como ressaltado por dois trabalhadores¹⁰

“[...] é um trabalho totalmente autônomo, em todos os sentidos você é autônomo, porque tanto no aplicativo quanto no emprego fixo eles querem só sua mão-de-obra né? Se você não tem seu instrumento de trabalho, que é a sua moto, nem a sua saúde física...já era!”[Mateus]

“[...] tem que ter, pelo menos, um mínimo de direitos, não dá pra você simplesmente ‘maquiar’ o trabalho, colocar um outro nome, chamar de “colaborador” ou coisa do tipo, e excluir todos os direitos que levaram anos para serem conquistados né? E a empresa simplesmente os tirar visando um maior lucro...não pode ocorrer essa precarização do trabalho!” [Caio] (CALABEZ; ALENCAR, 2022, p. 09).

Calabez e Alencar (2022) anunciam ao que se refere a manutenção dos serviços desses/as durante a pandemia, onde as questões de sobrevivência

⁷ Sobre isso, os autores apresentaram a amostra referente a 129 (cento e vinte e nove) respondentes.

⁸ O objetivo foi compreender os modos de organização e as condições de trabalho dos motoboys informais de aplicativo, durante a pandemia de covid-19.

⁹ A seleção dos sujeitos da pesquisa ocorreu por meio das redes sociais e, posteriormente, se aplicou entrevistas via *Google Meet*, onde obteve-se o total de 13 (treze) trabalhadores/as.

¹⁰ Os nomes apresentados na pesquisa são fictícios.

sobressaíram, todavia essa veio atrelada a preocupação quanto ao contágio, culminando em sentimentos de preocupação, medo e angústia. Onde as autoras afirmam que, após o estouro, da pandemia de covid-19, o dilema entre sobreviver e contaminação, desses e de seus entes familiares, tornou-se um fator de sofrimento e receio com o futuro.

Como sendo caracterizado um serviço essencial e, conseqüentemente, trabalhadores/as essenciais, as plataformas/aplicativos construíram estratégias que visassem a prevenção de disseminação da doença, as quais foram o incentivo do pagamento online dos pedidos e o esquema de entrega em portarias, no entanto Calabez e Alencar (2022) apresentam que tais meios foram propulsores de ansiedade e tensão, dado que a relação entregador/a-cliente ficou sujeita a esse último, pois os/as trabalhadores se vislumbraram a mercê desses/as na prevenção do vírus.

Outra forma de prevenção encontrada foi a distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI's), sem embargo fora uma demanda tratada com negligência por parte das plataformas/aplicativos. Assim, Calabez e Alencar (2022, p. 15) apontam, com base nos relatos dos/as entregadores/as, que

[...] além de o auxílio das plataformas ser caracterizado como insuficiente pelos entrevistados, incluindo apenas a preocupação quanto ao uso ou não de máscara e álcool em gel, não havia sequer a preocupação sobre as reais necessidades para o resguardo a esses motoboys, além disso, a alusão ao auxílio financeiro foi referida como esporádica, não ficando clara qual a sua frequência para os motoboys.

Desse modo, as autoras afirmam que falta de elucidações foi um elemento colaborador para o sentimento de desvalorização e revolta, bem como é motor erosivo de imagem desse/as trabalhadores/as, que resulta na “[...] desvalorização simbólica e ao empobrecimento das identidades - individual e coletiva [...]” (CALABEZ; ALENCAR, 2022, p. 15).

Desse modo, observa-se que os efeitos da uberização do trabalho, fruto da flexibilização e precarização, apresentados nos trabalhos de Abílio *et. al.* (2020) e Calabez e Alencar (2022), estiveram amplamente mais latentes na sociedade e, principalmente, afetando trabalhadores/as despossuídos de qualquer garantia trabalhista.

4 CONCLUSÃO

PROMOÇÃO

APOIO

Este estudo se propôs refletir sobre os efeitos da pandemia no trabalho dos/as entregadores/as de aplicativo, no qual considerou os momentos históricos, como a crise do capital e pandêmica, respeitando o movimento histórico-dialético da sociedade. Com isso, evidenciou-se, a partir do aporte teórico, que a pandemia de covid-19 intensificou e alargou o cenário das desigualdades sociais, de desemprego, fome, miséria, incertezas, bem como apresentou os/as maiores prejudicados: a classe trabalhadora, com destaque aos/as entregadores/as de aplicativos.

Os sujeitos deste estudo, conforme apresentado até o momento, apresentaram-se completamente expostos/as, seja de forma legal e sua saúde – física e mental –, dado que estão sujeitos aos ditames de uma plataforma digital – e, conseqüente, do grande capital –, na qual alega que esses/as são “autônomos/as”, “empreendedores”, falácia essa apenas benéfica aos empresários.

Observa-se, diante disso, a relevância de realizar estudos com o tema da uberização e, especificamente, seus impactos nas condições e relações de trabalho dos/as entregadores/as que desenvolvem suas atividades por meio de aplicativos, pois ao buscar notícias e literatura sobre este assunto, anterior ao período pandêmico, identificou-se a ausência de informações, fazendo com que essa problemática seja alvo de pesquisa, tendo em vista o contexto de degradação dos direitos trabalhistas, subsunção do trabalho, avanço do capital e avanço do pensamento ultraneoliberal, demonstrando, assim, a relevância acadêmica e científica desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek *et. al.* Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, 2020, v. 03, p. 01 21. Disponível em <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/issue/view/5> Acesso em 04 de maio de 2023.

_____. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. *In: Margem Esquerda – Revista da Boitempo*, São Paulo, n. 36, p. 55 – 59, abril, 2021.

_____. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Revista Estudos Avançados**, 2020, v. 34, n. 38, p. 111 – 126. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/11502> Acesso em 01 de novembro de 2020.

ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. In: _____ (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV: trabalho digital e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 15 – 25.

_____. **Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CALABREZ, Nicole; ALENCAR, Maria do Carmo Baracho de. O trabalho de motoboys informais e os riscos à saúde durante a pandemia de covid-19. **Revista Trabalho (Em)Cena**, 2022, v. 07, p. 01 – 22. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/14371> Acesso em 04 de maio de 2023.

CARCANHOLO, Reinaldo A. A atual crise do capitalismo. **Crítica Marxista**, 2009, n. 29, p. 49 – 55. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=29&numero_revista=29 Acesso em 09 de maio de 2023.

CASTRO, Matheus Fernandes. A pandemia e os entregadores por aplicativo: algumas considerações sobre a precarização do trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**, 2021, v. 20, p. 70 – 80. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57157> Acesso em 10 de abril de 2023.

DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: HARVEY, David *et. al.* **Coronavírus e a Luta de Classes**. Brasil: Terra Sem Amos, 2020. p. 05 – 12.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, Trabalho digital e Industria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 59 – 78.

GIL, Antonio Carlos. **O delineamento da pesquisa**. In: _____. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1989. p. 70 – 80.

GONÇALVES, Carlos. A natureza das crises nos sistemas socioeconômicos capitalistas. **Geusp – Espaço e Tempo**, 2017, v. 21, n. 3, p. 755-770. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/geusp/issue/view/9888> Acesso em 09 de maio de 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In: _____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 106 – 208.

LAMEIRA, Francisco Leandro Martins; RIBEIRO, Tânia Guimarães. Uber: trabalho precarizado em tempos de economia de compartilhamento na cidade de Belém. **Complexitas**, 2019, v. 04, n. 01, p. 79 – 84. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/8047> 20 de novembro de 2021.

MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza; OLIVEIRA, Marco Antonio Gonsales de; ACCORSI, André. **Uberização do Trabalho: a percepção dos motoristas de transporte**

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

particular por aplicativo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 2019, v. 06, n. 05, p. 647 – 681. Disponível em <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/Issue/view/18/showToc> Acesso em 10 de janeiro de 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria Social**. 2011.

REDON, Silvio Aparecido; CAMPOS, Eliane Christine Santos dos. **Temporalis**, 2021, v. 21, n. 41, p. 256 – 269. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34060> Acesso em 10 de abril de 2023.

SCHINESTOCK, Clarissa Ribeiro. As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental do trabalho. *In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0***. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 79 – 92.

SLEE, Tom. A Economia do Compartilhamento. *In: _____*. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017. p. 33 – 45.

SOUSA, Euzébio Jorge Silveira de; MEINBERG, Marcio Ortiz. A Uberização e o aprofundamento da Flexibilização do Trabalho. *Revista Princípios*, 2020, n. 159, p. 107 – 125. Disponível em <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/issue/view/2> Acesso em 04 de maio de 2023.

TALES, Nuno. Pandemia, crise económica e o novo papel do Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2022, n. 128, p. 15 – 38. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/13398> Acesso em 08 de maio de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

